

Sarney

POLÍTICA



Conselho: Sarney deixa a política para os políticos...



...e cuida dos problemas econômicos

Sarney não interfere na reforma eleitoral

Para Sarney, todos os assuntos ligados às eleições devem ser decididos pelas lideranças.

O presidente José Sarney decidiu ontem, durante reunião do Conselho Político do governo, não interferir na elaboração da reforma eleitoral que irá regulamentar as eleições de novembro. Ele comunicou aos líderes do PMDB e do PFL que o presidente da República não tem uma opinião formada sobre as questões referentes à classe política, a quem cabe, portanto, qualquer decisão a respeito.

Essa decisão foi comunicada pelo senador Alfredo Campos (PMDB-MG), que serviu de porta-voz da reunião, acrescentando ter sido aprovado também que as questões relativas à sublegenda, dois turnos para eleição de governador e candidatura nata devem ser votadas após acordo de lideranças. Durante a reunião, o presidente comunicou aos líderes dos dois partidos que receberá na próxima semana uma minuta de projeto de lei impedindo o abuso de poder econômico nas eleições, encomendada ao ministro da Justiça, Paulo Brossard. Com este projeto e o recadastramento eleitoral, o governo espera sanear o processo eleitoral brasileiro, "marcado por denúncias de frau-

des e outros tipos de corrupção", conforme relato dos líderes.

Três assuntos econômicos ocuparam ontem boa parte da reunião do Conselho Político do governo realizada pela manhã: a avaliação do plano de estabilização econômica, o problema das demissões dos bancários, e as dificuldades dos produtores de leite em razão do pacote de fevereiro.

A informação foi prestada ontem pelo líder do governo e do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, que revelou também a disposição do ministro Paulo Brossard, da Justiça, manifestada durante a reunião, de elaborar sem pressa dois anteprojetos de lei, um para coibir o abuso do poder econômico nas eleições e o outro para dar competência ao Tribunal de Contas da União para controlar as prefeituras e os empréstimos que dependam do aval da União.

Sobre o problema dos bancários, o conselho, com dados oficiais, concluiu sobre a inexistência de demissões em massa, pois houve convencimento geral de que as dispensas obedeceram a uma rotatividade natural. Pelos números apresentados, foram

demitidos 7.546 bancários entre 1º de março e 4 de abril e o único índice fora do normal ficou para um banco do governo de São Paulo.

Segundo Pimenta da Veiga, os bancos levaram um susto logo após o pacote, mas já encontraram suas compensações, em especial porque os depósitos e os empréstimos subiram e, por isso, não há problema maior de demissões.

A respeito da pecuária do leite, levantada pelo líder governista na Câmara em virtude de muitas reclamações de seu Estado, Minas Gerais, o conselho entendeu que foi o setor mais prejudicado com o pacote. O presidente Sarney, por sua vez, pretende dar uma solução que não passe pelo aumento do produto para o consumidor.

Em princípio, duas hipóteses foram levantadas: o governo concederia um subsídio — previsto no orçamento — para que não fosse inflacionário ou ofereceria aos produtores uma compensação fiscal. A discussão, porém, ficou no nível apenas político e deverá ser submetida a uma avaliação pelo setor econômico do governo.